



Orçamento da Igualdade Racial

O Orçamento Temático da Igualdade Racial é uma iniciativa do Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, em parceria com o Portal Siga Brasil, do Senado Federal, e busca realizar o monitoramento do orçamento das políticas públicas do Governo Federal voltadas para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Fazem parte das políticas afirmativas programas, ações e planos orçamentários na área de educação e trabalho, de saúde, agricultura familiar, segurança alimentar, proteção do patrimônio histórico e promoção da cultura. Foram selecionados programas que fazem referência aos sujeitos de direitos da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – negros, negras, afrodescendentes, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, grupos de matriz africana, entre outros.

A metodologia conta com análise do Plano Pluri-Anual (PPA 2012-2015), das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e dos dados abertos de orçamento disponibilizados no Portal Siga Brasil, que permite acesso às informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e à documentação orçamentária oficial. Em 2013, o Inesc aperfeiçoou a metodologia, considerando as mudanças na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O resultado é uma visualização mais acessível do orçamento comprometido com a igualdade racial em 2013 (aplicável também a 2014), bem como o desempenho do Governo com relação à execução destes recursos, que podem ser analisados pelos movimentos sociais e pela sociedade de modo geral, de modo a contribuir com o monitoramento e o controle social.

Resultados referentes a 2013

Considerando os 12 Programas e 39 Ações selecionados para compor o Orçamento Temático da Igualdade Racial, o recurso autorizado foi de R\$1.478.176.765,00, dos quais foram empenhados, até dia 31 de dezembro de 2013, R\$798.007.678,00, ou seja, 53% do total. Porém, se considerarmos o recurso pago, o valor cai para R\$247.923.812,00, que representa apenas 16% do recurso autorizado.

Lembrando que os valores autorizados se alteram no decorrer do ano orçamentário, devido aos cortes (contingenciamento) realizados para pagamento da dívida, o

superávit primário, ou até, em função de créditos adicionais eventualmente aprovados pelo Congresso. Quando ocorrem cortes, os feitos são efetuados por Unidade Orçamentária, ou seja, por **órgão** executor, e não por Programas Orçamentários – neste sentido, é ainda mais complexo o monitoramento do recurso.

Analisemos alguns exemplos do Orçamento Temático da Igualdade Racial. No caso do Programa 2012-Agricultura Familiar, foram selecionadas as seguintes ações:

- 210o: Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar;
- 210V: Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- 6087: Fomento a projetos de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

A soma do recurso autorizado destas três ações (considerando 09 POs) foi de R\$579.797.775,00 em recursos autorizados, empenhados 50,71% (R\$294.063.696,00), e pagos somente 3,89% (R\$22.596.450,00).

Outro Programa que, de acordo com a metodologia do Inesc, contribui para a superação das desigualdades raciais, é o 2069-Segurança Alimentar e Nutricional. Tal Programa abarca quatro Ações, que podem ser visualizadas diretamente no SigaBrasil, somando R\$320.598.600 autorizados, R\$228.412.388,00 (71,24%) empenhados e R\$85.529.780,00 (26,67%) efetivamente pagos.

No Programa 2034-Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, específico desta temática, dos R\$76.066.682 autorizados, foram empenhados 56.743.621,00 (74,59%), e R\$12.287.676 (16,15%) foram pagos.

Lembramos que os recursos que são empenhados, mas *não* são pagos – denominados “restos a pagar” – são recursos de 2013 que deverão ser executados a *partir de 2014*, mas não necessariamente neste ano, podendo vir a compor os orçamentos dos anos seguintes.

No caso de áreas com recursos menores, também ocorreu execução abaixo do orçamento disponível. Por exemplo, a “Ação 20RR-Integração da Comunidade no espaço escolar, promoção da saúde na escola e combate à violência, à discriminação e à vulnerabilidade social” (Programa 2030-Educação Básica) teve 10 milhões em recursos autorizados, somente R\$1.349.110,00 empenhados (13,49%), e nenhum valor pago. A saúde (Programa 2015), que contou com três ações selecionadas, teve

um desempenho *relativamente* bom, dos R\$57.180.000,00 autorizados, empenhou R\$51.006.790,00 (89,20%) e pagou R\$29.450.293,00 (51,50%).

Quanto às ações de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, dos R\$48.100.000,00 autorizados para 2013, foram empenhados R\$46.697.126,00 (97,08%) e pagos R\$8.668.237,00 (18,02%). De recursos de anos anteriores do Programa 2034, foram pagos R\$35.484.526,00 (Ação 0859: Indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades), mais R\$963.699,00 (20TI-Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas). Foram pagos ainda, do PPA anterior (2008-2011), R\$879.162,00 das ações de reconhecimento de territórios do Programa Brasil Quilombola.

Quanto às ações para o fortalecimento das comunidades nos territórios, como fomento a ações afirmativas e desenvolvimento sustentável, a execução foi muito abaixo do autorizado: a Ação 210H teve R\$11.811.435 autorizados, R\$4.491.316,00 empenhados, e somente R\$751.090 pagos; a Ação 210Y teve R\$ 3.130.624,00 autorizados, R\$ 290.167,00 empenhados e somente R\$3.468,00 pagos – ou seja, o recurso ainda não chegou para as famílias quilombolas em nível local.

Invisibilidade dos públicos

Outra questão a ser destacada refere-se à mudança na LOA: com a inserção de Planos Orçamentários (POs), algumas Ações deixaram de demonstrar as especificidades, que foram, teoricamente, contempladas nos POs. Por exemplo, as ações carimbadas para a promoção da cultura afro brasileira, quilombola e de terreiros, que compunham o Programa 2027-Cultura, Preservação, Promoção e Acesso, deixaram de existir, passando a integrar os POs – a questão é que estes planos podem ser alterados ano a ano, embora a partir da LDO 2014, já tenha passado a ser obrigatório inseri-los de maneira clara na LOA.

Outro exemplo é a Ação 8358 - ATER para Comunidades Quilombolas, que mudou para Ação 2100 - ATER para Agricultura Familiar. Os quilombolas aparecem no PO 009 - Brasil sem Miséria - ATER para Comunidades Quilombolas.

A invisibilidade dos públicos no orçamento também pode ser notada no Programa 2016: Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência, em que não há nem Ações nem Planos Orçamentários voltados para as

mulheres negras, apesar da especificidade relativa a este público estar contemplada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A invisibilidade do público alvo das políticas de promoção da igualdade racial no orçamento tem implicações práticas: o orçamento deve refletir o que foi definido no PPA, assim como nas Políticas Nacionais construídas em Conferências, com representantes de Governo e da sociedade civil. Outra questão é que, para o monitoramento efetivo pela sociedade civil do recurso destinado a determinados públicos é preciso que eles estejam nomeados no orçamento. Por exemplo: o Programa 2016 possui a seguinte meta “Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas” (Fonte: PPA-Revisão2013, pág. 130) – como a sociedade poderá monitorar o **recurso investido para alcance desta meta**, se as classificações orçamentárias não citam estes públicos? No mesmo PPA, nenhum indicador deste Programa traz a questão de raça/cor (pág.129). Sabemos que a maioria das Ações deste Programa alcançam as mulheres negras e pobres, e por isso mesmo, acreditamos que nomeá-las no orçamento é uma ação de empoderamento, superação do racismo institucional e de promoção da transparência.

O Orçamento Temático da Igualdade Racial pode ser acessado no Portal Siga Brasil, onde estão disponíveis a metodologia e tabelas detalhadas do orçamento. Além disso, o Inesc produzirá, ao longo do ano, análises pontuais e aprofundadas sobre o monitoramento do orçamento, que poderão ser encontradas na página eletrônica da organização: inesc.org.br/igualdaderacial.